

Fontes, natureza e elementos do conhecimento

Prof. Ivan Domingues (UFMG)

Na aula de hoje vou tratar de três tópicos: 1) as fontes do conhecimento, 2) a natureza do conhecimento, 3) os elementos do de conhecimento.

Os textos da apostila relacionados com o assunto são o texto no. 2, extraído do Tratado da alma, de Aristóteles, e o texto no. 3, intitulado *Representação e conhecimento*, de Jean Ladrière. Recomenda-se a leitura atenta, em casa, destes dois textos, pois além de subsidiarem minha exposição, eles complementam e ampliam a problemática que será tratada por mim, hoje, em sala de aula.

Começemos pelo primeiro tópico: as fontes do conhecimento.

Os estudiosos do processo de conhecimento apontam para várias fontes, relacionadas de uma maneira ou de outra com as chamadas faculdades da alma ou do espírito humano, e compartilhadas algumas delas pelos animais, como veremos em seguida. Estes são: os órgãos dos sentidos, memória, a imaginação, a razão e a intuição.

Na aula de hoje, vou caracterizar sumariamente cada uma dessas fontes, reservando para uma outra aula, a ser dada na seqüência, o exame mais detido das mesmas, ao abordar seu papel e problematizar sua natureza e função no processo cognitivo.

Assim, dos órgãos dos sentidos, compartilhados pelos humanos e pelas bestas, cabe dizer que eles são cinco: vista, audição, paladar, olfato e tato. Eles são considerados por muitos Filósofos e cientistas como uma espécie de "antena" do sujeito do conhecimento, pois é através deles que as informações acerca do mundo chegam até nós, captando-as, codificando-as como imagens sensíveis e disponibilizando-as para o trabalho da alma ou do sujeito. Um problema importante a ser enfrentado pelo estudioso do conhecimento, ao tratar dos sentidos, é decidir se eles desempenham uma função meramente receptora e passiva no processo cognitivo, como nos sugere a metáfora da antena, ou se eles desempenham uma função ativa e de alguma forma produtora do objeto do conhecimento, como na percepção da cor, que depende da ação da vista e do trabalho do cérebro. Outro problema é o de elucidar como os sentidos cooperam no processo de conhecimento, levando à fusão das informações: haveria um sexto órgão do sentido, que sintetizaria as imagens sensíveis, algo como um sentido comum ou um "percepto" a atuar no plano dos sentidos? ou a fusão e responsabilidade de um outro órgão, como acreditava Aristóteles, ao falar da synaesthesia, depois conhecida como consciência psicológica? Ou será o cérebro, com a ajuda dos terminais nervosos? Problemas sem dúvida importantes, que interessam de perto ao filósofo, mas que de fato em grande parte fogem de sua competência, devendo ser resolvidos pelos cientistas, especialmente pelos biólogos e psicólogos.

Quanto à memória, muito já foi dito e escrito sobre ela, tanto no sentido de destacar seu papel fundamental no processo cognitivo, ao fixar as imagens, estocá-las e disponibilizá-las, quanto no sentido de elucidar sua constituição, colocando em relevo sua base biológica, química e mesmo física, bem como o papel da linguagem, em particular da linguagem escrita e simbólica que sabidamente é um poderoso instrumento de fixação e de ampliação da memória permitindo o armazenamento da informação em arquivos bancos de dados e "winchesters" de computador. Um problema importante a ser enfrentado pelo estudioso do conhecimento ao se acercar da memória será o de distinguir dois aspectos ou momentos de sua constituição: por um lado, a distinção da memória em retenção e lembrança, por outro, o reconhecimento do caráter natural ou passivo (involuntário) da memória retentiva, em contraste com o caráter ativo e voluntário da lembrança (recordação). Foi nesta linha que os gregos distinguiram: 1) a anamnese, que é o ato de recordar,

como na anamnese médica, ao se fazer a reconstituição da história do paciente, 2) da mnemosime, entendida como a faculdade da memória, que é a capacidade de retenção da imagem de algo que se passou pela alma, permitindo tanto sua evocação ou lembrança pela mente quanto o registro histórico dos acontecimentos que ocorreram no passado no mundo dos homens, donde decorre o milagre de algo ausente tornar-se presente na alma através de um signo, de uma marca ou um sinal. É, pois, graças à memória, que a esfera do sensível e o campo dos sentidos serão consideravelmente ampliados, livrando-nos da necessidade de experimentar tudo, a cada vez, caso não pudéssemos contar com a memória, e portanto, enriquecendo o campo da experiência humana, assim como aumentando o horizonte espacial e a escala temporal do processo cognitivo.

Já a imaginação tem uma outra natureza e desempenhará outras funções no processo de conhecimento. Chamada de Phantasia pelos gregos e de Imaginatio pelos romanos, é a faculdade responsável pela produção de imagens (phantasma em grego, que quer dizer fantasma, imagem, idéia e também representação: o fantasma é aquilo que brilha no escuro. Como a idéia). Da imaginação pode-se dizer que ela se distingue tanto da sensação quanto da memória: distingue-se da sensação, como viu Aristóteles, porque a imagem pode ser gerada ainda que falte o objeto ou a experiência direta da coisa, como no sonho; distingue-se da memória, porque a memória pressupõe a imagem ao retê-la, bem como porque a memória está presa ao passado, à evocação daquilo que de fato ocorreu, ao passo que a imaginação não, ao ser fonte do sonho, nas imagens oníricas, e ao se abrir para o futuro, permitindo a ampliação do campo da experiência. Dos grandes filósofos foram Aristóteles; Descartes e Kant aqueles pensadores que mais falaram acerca da imaginação, colocando em relevo tanto suas funções cognitivas, quanto seus obstáculos no processo de conhecimento. Assim, Aristóteles, que no Tratado da alma coloca em evidência sua natureza híbrida, a depender do concurso tanto da alma quanto do corpo. Assim, Descartes, que como Aristóteles a situa a meio caminho da alma e do corpo, colocando em suspeição suas funções intelectuais, ao dizer que ela está em comércio duvidoso com a alma e o corpo, gerando quimeras e fantasias, e ao mesmo tempo reconhecendo a importância de sua função cognitiva, ao destacar seu papel na construção das figuras em geometria. Assim, Kant, que distingue a imaginação reprodutora, que é refém da coisa, da imaginação produtora, que produz de alguma forma, como a imaginação criadora do poeta. poderíamos dizer. Tão importante é o papel da imaginação no processo cognitivo, mais além da literatura, da arte e da poesia, que Einstein, fora do campo da filosofia, disse um dia que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. O contraponto dá o escritor italiano Ítalo Calvino que diz que uma das características dos tempos modernos é que os indivíduos, esmagados pela inflação de imagens, imagens todas prontas e esvaziadas de toda significação, perderam a capacidade de imaginar, vendo-se impedidos de idealizar e criar outros mundos.

Por sua vez, a razão é vista por muitos filósofos como a fonte por excelência, se não como a única fonte do conhecimento. Chamada de logos pelos gregos e de ratio pelos latinos, seu estatuto mudou ao longo dos tempos. Nos gregos ela aparecia encarnada no corpo, em comércio com os sentidos, ligada ao desejo e animada pelos apetites, bem como intimamente associada à linguagem (pois logos em grego -quer dizer pensamento e linguagem), dando origem ao conhecimento discursivo e podendo conduzir tanto à cisão nunca totalmente consumada do corpo, como na ascese platônica, quanto à sua acomodação pura e simples ao corpo como em Aristóteles. Na idade média, ao ser enquadrada pela teologia cristã, a razão se associa aos temas da graça e da fé, devendo ser iluminada pela luz divina (se não, será sua perdição) e colocar-se a serviço da fé, levando tanto às idéias de "cogito cum Deus" e "philosophia ancilla theologiae" dos filósofos medievais, quanto ao "credo ut intelligam" de Santo Agostinho ou o "Fidens quaerens intellectum" (A fé procura o intelecto) de Santo Anselmo. Nos tempos modernos, a razão antiga e medieval vai perder a unidade e cindir-

se 1) na razão substancial autônoma, separada do corpo e definida como puro espírito ou puro pensar, em cuja origem vamos encontrar Descartes, ao falar do cogito, e em cuja esteira vamos encontrar mais tarde, além de Espinosa, na extensão do cartesianismo, Hegel, Fichte e Schelling no âmbito do idealismo alemão; 2) na razão instrumental ela mesma vista como um instrumento ou uma ferramenta a operar sobre os dados da observação e da experiência, de que nos falam Leibniz, Locke e um sem-número de cientistas, físicos e biólogos, cuja crítica em filosofia é fornecida por H. Arendt, Adorno e Habermas, na esteira de Heidegger e Max Weber; 3) na razão calculeira, pensada como puro cálculo, de que nos falam Hobbes e Condillac, ao gosto dos matemáticos e duramente criticada por Hegel e Nietzsche. É nesta linha que, na época da Renascença, já constatando a profusão da razão em seu tempo, Montaigne fala de várias formas de razão e que nós mesmos, hoje, falamos de várias formas de racionalidade a variar segundo as épocas históricas e segundo os diferentes campos do conhecimento, a contrapor a filosofia, a ciência e a tecnologia, bem como as próprias ciências, numas levando à sua fusão cora as matemáticas, noutras à sua dissociação.

Por fim, a intuição, de todas as faculdades a mais misteriosa e, hoje, a menos aceita no tocante às suas funções cognitivas, em razão da crise de que foi vítima numa primeira acepção, intuição quer dizer um conhecimento ou uma visão "inspirada", como no poeta ao ser socorrido pelas musas. Numa segunda acepção em íntima associação com a primeira, ao acentuar não as musas, mas a presença divina, a intuição leva à união mística com Deus ou à fusão da alma com a divindade. Numa terceira acepção, ao por em relevo as potências do intelecto e ao seu poder de ter acesso imediato a essência das coisas, antes mesmo do conhecimento discursivo, a intuição é vista como intuição intelectual, como se fosse o olho do espírito (pois intuir é ver: ver claro, no caso com os olhos da razão), de que nos falam Platão e Aristóteles, referindo-se ao nous poetikòs o próprio Descartes (segundo ele, as duas Grandes alavancas do conhecimento são a dedução e a intuição), Espinosa (para quem o olho do espírito são as demonstrações), Schelling (para escândalo de Hegel, que não aceita a intuição), Schopenhauer (que dizia que a intuição é o poder do espírito, antes de toda representação, e sem nenhum conceito, apreender a essência das coisas). Numa quarta ação, a intuição é definida como intuição sensível, ao modo das percepções, acepção que vamos encontrar nos empiristas, ao se contraporem à intuição intelectual, e também em Kant, que a distingue em pura e empírica. Numa quinta acepção, a intuição é a intuição psicológica, ao modo de urna empatia, de um "insight" ou de um "pressentimento", que faz pensar na "premonição" dos místicos. Todas essas formas de intuição, tão diversas em seu significado e em suas operações, têm em comum o fato de elas serem da ordem do imediato e do espontâneo, levando no plano do conhecimento à crença num acesso privilegiado à essência das coisas, acesso em que Platão e Aristóteles viam algo de divino e de que resulta um conhecimento espontâneo, imediato e, segundo Descartes, infalível. A grande dificuldade da intuição, que levou muitos filósofos a abandoná-la pura e simplesmente, como Hegel, é que ela não pode ser incorporada ao método ou ser inteiramente metodizada, ficando a depender da inspiração pessoal de quem a usa, ou então da inspiração das musas e da iluminação do espírito santo. Mas o que fariam os filósofos, os matemáticos e os físicos se não tivessem uma intuição ou uma idéia seminal, que antes mesmo de ser demonstrada e experimentada em laboratório deve ser o agulhão capaz de impelir o pensamento rumo a regiões do real nunca dantes freqüentadas pelo espírito humano? E aqui, ria ordem da descoberta, no limiar do conhecimento, que a intuição criadora do artista e a intuição do filósofo e do cientista são uma só e mesma coisa.

Identificadas as fontes do conhecimento, nada mais fácil do que definir sua natureza, que é o nosso segundo assunto, em relação ao qual eu serei bem mais breve, devendo retomar o assunto na próxima aula.

Ora a natureza do conhecimento vai variar; e efetivamente foi o que ocorreu ao longo da história da filosofia, segundo a fonte que for eleita como fundamental ou a mais importante, bem como segundo o modo de sua combinação com as outras fontes, consideradas como auxiliares.

Assim, o conhecimento terá uma natureza racional, na perspectiva do platonismo antigo e do racionalismo moderno ou uma natureza empírica na linhagem do empirismo moderno que postula que o conhecimento é uma atividade sensorial, todo ele fundado na experiência, conferindo à experiência um viés sensualista. Quanto à natureza da racionalidade, esta se bifurcará numa racionalidade de tipo lógico ou logicista, na tradição aristotélica, no idealismo alemão (Hegel) e na vertente do empirismo lógico e da filosofia analítica, bem como numa racionalidade de tipo matemático, como na tradição pitagórico-platônica-cartesiana.

Demais, o conhecimento poderá ter uma natureza inteiramente discursiva, como acreditavam Hegel e o 1º Wittgenstein, então terá -algo de intuitivo, como acreditavam Platão, Aristóteles, Descartes e Edmund Husserl. Sem esquecer que poderá ter uma natureza conceitual fundado em representações, como em Descartes, bem como uma natureza conceitual, porém fundado diretamente na percepção, como em Husserl e outros partidários da fenomenologia, além de uma natureza puramente imagética, fundado diretamente em imagens e símbolos como nas semióticas contemporâneas (Peirce, Derrida e Roland Barthes), e mesmo fideísta, assentado na crença, como em William James e no neo-pragmatismo contemporâneo.

Por último, o conhecimento poderá ter a natureza de uma imagem especular, como nas tradições que reclamam da consciência-reflexa e vêem no conhecimento uma reprodução da realidade, a exemplo do materialismo, bem como poderá ter a natureza de uma construção, se não de uma produção, ou mesmo de uma re-construção, como em Kant, que via na matemática uma construção (não, a filosofia, bem entendido, considerada uma reflexão), assim como em Espinosa (o conhecimento é uma "concepção", dizia Espinosa, vem a ser uma criação do espírito) e em Hegel (que põe em relevo, com sua dialética, o movimento de posição e auto-reposição do conceito, movimento todo ele interno à consciência e gerado ou produzido pelo espírito).

Passando para o terceiro tópico da aula de hoje, eu vou tentar identificar na seqüência os elementos do conhecimento, mostrar as relações que eles mantêm uns com os outros e propor, com base nestes elementos, os esquemas do conhecimento que serão desenvolvidos por diferentes teorias do conhecimento ao longo da história da filosofia.

Antes de mais nada, eu gostaria de começar pela idéia de conhecimento, recuperando sua etimologia e apontando os elementos que fazem parte do processo cognitivo. Ora, nas línguas neo-latinas a palavra "conhecimento" é um substantivo formado a partir do verbo latino *cognoscere*, que significa "aprender", e designa o ato pelo qual o sujeito apreende o objeto e gera uma representação ou uma imagem mental do mesmo. Assim, o conhecimento envolve três elementos e evoca três idéias: 1) o sujeito, do latim *sub-jectum* substantivo formado a partir do verbo *jacere* (= lançar, jogar, colocar) + *sub* (=sob), que significa em sentido próprio "colocar sob", designando em sua forma substantivada algo que "subjaz" ou está na "base" de alguma coisa, algo esse que na filosofia antiga era identificado com a alma e na filosofia moderna com o eu ou a consciência, em ambas evocando o ato de submeter algo ao espírito, de colocar algo sob o domínio ou a jurisdição do espírito, da consciência ou do eu (*ego*); 2) o objeto, do latim *objectum*, oriundo igualmente de *jacere* + *ob* (= diante de, em frente de), que em sua forma substantivada significa aquilo que está "lançado diante", sugerindo-nos a idéia de colocar no caso; 3) a representação, do latim *representatio* significa "tomar

presente de novo" (re-praesentare → praens = presença), sugerindo-nos a ação de colocar algo diante do espírito, o ato de tornar presente no espírito um objeto, físico ou mental, por meio de uma imagem, de uma figura ou de um símbolo.

Dito isso, podemos propor aquilo que será o esquema do conhecimento em nível mais elementar, esquema que, como eu disse, será adotado e desenvolvido por diferentes teorias do conhecimento ao longo da história da filosofia, a saber:

$$\mathbf{S} \rightarrow \mathbf{R} \rightarrow^{(s)} \mathbf{O}$$

Onde:

S = ato de conhecer

O = coisa conhecida ou a ser conhecida

R = representação (imagem do objeto ou da coisa)

* representação = algo que fica no lugar de algo

* duplo mental da coisa (sugerindo nas línguas neo-latinas uma reduplicação ou um movimento de retorno a si, garantidos pelo prefixo re - acepção ausente nos termos imagem e idéia, bem como nos gregos ciclos, idea e phantasma cuja tradução, a par de fantasma, é representação, além de estar ausente no alemão vorstellung onde o vor sugere o ato de colocar diante, porém sem a idéia de reduplicação, ao se aproximar de uma das acepções do latim).

Em tal esquema vê-se, pois, que o conhecimento é assimilado a uma representação e como tal, qualquer que seja o domínio do saber, recobre um processo ternário no qual é possível distinguir três termos e três relações: 1) um pólo subjetivo ou o sujeito, designando o ato pelo qual o sujeito apreende o objeto, ato em que a relação é de apropriação ou de possessão; 2) um pólo objetivo ou o objeto, designando o ato pelo qual o sujeito concebe o objeto à distância e em sua exterioridade, ato em que a relação é de distanciação e de exteriorização, o qual também pode ser chamado de objetivação, tendo por correlato o movimento de subjetivação, em retorno ao eu ou ao sujeito; 3) um termo médio ou a representação, designando o ato pelo qual o sujeito torna o objeto presente no espírito (consciência) por meio de uma imagem ou uma idéia que lhe corresponde, ato em que a relação é de mediação ou de substituição.

À luz deste esquema uma constatação se impõe e um problema se configura. A constatação: consistindo numa relação entre o sujeito e o objeto. Mediatizada por uma representação, no processo de conhecimento a apreensão do objeto pelo sujeito não é direta e imediata, mas indireta e mediata, pois se dá graças a um médium, à mediação de uma representação, que vai justamente ligar o sujeito e o objeto. O problema: se o sujeito e o objeto originariamente estão separados; se a representação é que faz o liame; se o conhecimento é uma representação - como saber se a representação é conforme ao objeto? Como garantir que aquilo que se encontrava à distância - o objeto - foi apreendido pelo sujeito? Como saber se a representação é verdadeira ou falsa?

Pode-se dizer que é justamente este o problema do conhecimento: o problema da verdade ou da falsidade da representação. E é este exatamente o campo de problemática da teoria do conhecimento: estudo dos problemas concernentes à relação sujeito / representação / objeto no ato de conhecer, envolvendo a natureza do sujeito e do objeto, o estatuto da representação e o problema da verdade e do erro.

No restante da aula de hoje eu vou examinar o problema do conhecimento a partir do esquema S - R - O, primeiro colocando em relevo os problemas atinentes à representação, ou, antes, o problema do

conhecimento como problema da representação, depois, destacando o esquema da teoria do conhecimento, a que me referi antes, em mais de uma ocasião.

No tocante à representação ou à idéia do conhecimento como representação, não são poucos nem de somenos importância os problemas que estão em jogo, a desafiar tanto a filosofia, quanto as neuro-ciências e ciências cognitivas. Em primeiro lugar, o estudioso deverá decidir aquilo que nas representações advém do objeto e aquilo que provém do sujeito, pois a representação é uma marca tanto da coisa quanto do sujeito. Em segundo lugar, o estudioso deverá fazer a triagem, no tocante ao sujeito, daquilo que nas representações origina-se dos sentidos, da razão, da imaginação, da memória e da intuição - tarefa que convenhamos não é nada fácil. Por fim, depois de identificadas as fontes e elucidado o mecanismo da representação em sua gênese, será preciso avaliar seu estatuto em sua relação com o sujeito e o objeto, quando descobriremos várias funções da representação que mal se articulam e terminara por entrar em choque entre si. Em primeiro lugar, será preciso decidir se a representação é uma imagem ou cópia da coisa ou bem um arquétipo ou uma essência: Descartes em sua teoria das idéias disse que algumas das nossas representações ou idéias são cópias e derivadas, como nas idéias adventícias, que surgem do nosso comércio com o mundo, outras são essências, como nas idéias inatas, que retiramos do fundo de nossa alma; Hume diz que as representações são imagens das impressões sensíveis, e não das coisas; Espinosa afirma que as representações não são nem cópias nem encontradas prontas no fundo de nossa alma, como nas idéias inatas de Descartes, mas produzidas ou criadas pelo espírito. Em segundo lugar, será preciso distinguir a representação como imagem ou idéia da representação como função, em sua relação com o sujeito e com as coisas: num pólo, ela aparecerá como essência (essência ideal ou idéia), noutra, como relação, sendo menos uma idéia do que uma propriedade da idéia.- donde a função de substituição (pois a representação é algo que fica no lugar de algo); donde a função de mediação (pois a representação é o liame entre o sujeito e a coisa); donde a necessidade de distinguir no campo da representação o representante, o representado, a representação e a representatividade da representação. Em terceiro lugar, feitas as distinções das funções da representação, será preciso decidir qual delas está em operação no processo cognitivo, quando descobriremos que há uma tensão de fundo que terminará por fazer explodir a representação em contradições insolúveis, forçando seu abandono puro e simples, como muitos filósofos acreditaram: de um lado, a função de presentificação, em cuja origem vamos encontrar a metáfora do teatro. com base na idéia de que o ator encarna e presentifica seu personagem no palco do teatro, fazendo-nos esquecer do vínculo de origem a um autor, a um diretor ou a uma obra, e se exaurindo em sua exibição ou em sua presença na cena e seu décor; de outro lado, a função de mediação, que desaparece tanto na função de presentificação. Como no teatro, quanto na função de substituição, em cuja origem Ladrière, enxerga a metáfora da diplomacia, por levar a uma relação de substituição (o diplomata age por delegação e no lugar do soberano), mas em que é possível localizar uma tensão nunca desfeita entre a natureza vicária e substituta da representação (algo segundo) e a possibilidade de o representante ganhar autonomia e ficar de fato no lugar do representado, como ocorre no mundo da política. Ora, é justamente por não ter conseguido resolver essas contradições que sacodem e explodem as representações que a teoria do conhecimento, em seguida, viu-se forçada a abandonar a representação, colocando no lugar do conhecimento como representação a idéia do conhecimento como construção ou mesmo como mesmo como operação, e no lugar da representação a percepção, como em Edmundo Husserl, o signo ou a linguagem, como na filosofia analítica, e mesmo a ação, como no pragmatismo. A questão que se coloca é se a filosofia, ao se ver livre da representação, ficou de fato livre de seus problemas ou se ela acabou por criar outros, pois ao fim e ao cabo a percepção e o signo são cor-relatos das representações, do mesmo que a ação, que ver-se-á empobrecida e

reduzida ao mais ínfimo, sem poder pensar a cognição, ao se ver reduzida a um behavior ou a uma conduta maquinal, como no pragmatismo. De sorte que a escolha em teoria do conhecimento parece com a escolha do personagem de Sartre: inferno com o outro, inferno sem ele. Pois se já era difícil pensar o conhecimento como representação, mais difícil ainda será dispensar a representação e passar sem ela.

Isto posto, traçarei em seguida, com a ajuda de Ladrière, os esquemas da teoria do conhecimento, a envolver a relação entre sujeito, representação e objeto, os quais serão desenvolvidos por diferentes maneiras pelas mais diversas teorias do conhecimento. Estes esquemas são o do realismo e o do idealismo.

Dois são os traços do realismo: 1) primado do objeto sobre o sujeito, 2) função passiva (receptiva) do sujeito, que se define por sua capacidade de ser afetado ou impactado pelo objeto. Duas são as formas de realismo: o realismo radical, que concede nada ou quase nada ao sujeito, entendendo que o conhecimento é um reflexo da realidade e chegando, no limite, a deixar de lado a representação, por pretender que o sujeito encontra-se em relação direta com a coisa; o realismo moderado, que concede algo ao sujeito, reconhecendo que ele agrega algo de si no processo de conhecimento e, portanto, incorporando a representação no ato cognitivo. E nessa última forma de realismo, que é a mais seguida pelos filósofos partidários do realismo epistemológico, que vamos encontrar tanto Platão (com seu realismo das essências), Demócrito, Epicuro e Aristóteles no mundo antigo, passando por São Tomás na idade média, quanto Diderot, Voltaire, Feurbach e Marx, no contexto do materialismo moderno.

Por sua vez, dois são os traços do idealismo: 1) primado do sujeito (ou da idéia) sobre o objeto; 2) função ativa do sujeito no processo cognitivo. E duas são suas variantes ou formas: a forma mais radical, que não distingue a ordem do ser da ordem do conhecer, ao estabelecer o primado do sujeito, pretende que é a idéia ou o sujeito que gera ou produz a realidade; em sua forma mais branda, ao distinguir a ordem do conhecimento da ordem do ser, como faz Kant, pretende que o primado do sujeito ou da idéia apenas é válido no terreno do conhecimento, não no mundo das coisas ou no plano da natureza, do qual no limite nada podemos falar, por nos levar a aporias insolúveis, como bem mostrou o próprio Kant na dialética transcendental, ao tratar da aporia cosmológica (decidir se o mundo tem ou não tem origem no tempo).

Ora, é justamente estes dois esquemas da teoria do conhecimento que procuraremos desenvolver na segunda unidade do curso.

Antes de tratar deles será preciso, porém, analisar reais no detalhe os elementos do conhecimento e suas relações no processo cognitivo, com vistas a melhor precisar o problema do conhecimento.

* DOMINGUES, Ivan. Apostila da disciplina Teoria do Conhecimento ministrada na FAFICH (UFMG) no ano de 2004.